

# **A DIMENSÃO FORMATIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR**

Verônica Soares Fernandes, Fundação Joaquim Nabuco,

[veronica.fernandes@fundaj.gov.br](mailto:veronica.fernandes@fundaj.gov.br)

Maria Cristina do Nascimento Silva - PPGECI (UFRPE/Fundaj),

[cristinascimentos@gmail.com](mailto:cristinascimentos@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

A partir da década de 1980, as transformações na gestão escolar foram mais intensas, principalmente com a inserção do Projeto Político Pedagógico (PPP) como um elemento central da gestão, e debates fundamentais como eleição e conselho escolar, trazendo o foco para processos mais participativos e democráticos.

Como as mudanças necessárias e desafiadoras, o processo de democratização e qualificação da educação é complexo por visar a mudança de práticas pedagógicas, da vivência escolar, das relações com a comunidade e a sociedade.

Corroborando com (Luck, 2009, p. 16), o objetivo maior da comunidade educacional inclui o “aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando-se um ambiente de contínuo desenvolvimento”. O que implica em novas perspectivas pedagógicas e de currículo, “tendo o aluno como centro de toda a sua atuação”.

A meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, estratégia 19.6 dá ênfase na participação na construção do PPP. Como um processo fundamental da gestão, todas as suas etapas trazem contribuições importantes no aprendizado institucional e dos envolvidos na comunidade escolar. Este artigo objetiva analisar a dimensão formativa do PPP em seus processos de construção, implementação e avaliação. Foi construído a partir de referências bibliográficas.

## **1 PPP COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E PARTICIPAÇÃO**

Embora existam ainda em escolas, PPPs padrões, construídos sem levar em conta o contexto escolar, os “de gaveta”, elaborados somente para atender a demanda da rede,

percebe-se, nos últimos anos, um aumento do interesse em elaborar PPPs mais participativos e coerentes com a realidade escolar.

A cultura da participação, do compartilhamento do poder, da construção de consensos, de prever possibilidades de transformações construídas a partir da conjuntura da realidade escolar, é um dos grandes desafios, que requerem aprendizagem contínua dos envolvidos.

Vale destacar a ameaça ao processo democrático (2016-2021), com o estímulo a restrições na liberdade de expressão e a atos antidemocráticos. Mesmo com a eleição de Lula em 2022 (projeto democrático), evidencia-se, no processo, o quanto a democracia no país ainda é frágil, tendo a escola, um papel essencial na aprendizagem da democracia (Constituição Federal/1988 e pela LDB/1996).

### **1.1 Aprendizagem no processo de construção do PPP**

O PPP é um instrumento necessário a uma gestão escolar que almeja aperfeiçoar seus resultados pedagógicos, culturais e sociais e minimizar os problemas acumulados na escola, em que é possível uma intervenção. Parte, portanto, de desafios importantes e do envolvimento e comprometimento de membros da comunidade escolar. Essa “parada estratégica” pode dar um novo significado ao cumprimento do papel social da escola.

A projeção de algo nos leva a refletir sobre as possibilidades de mudança, de adaptação, de superação de determinados contextos, que historicamente fizeram parte da escola. Dar um novo olhar, ressignificar processos, partir para algo novo.

A proposta de um novo enfrentamento da realidade escolar tal como se apresenta no sentido de superá-la para a apropriação de uma nova escola é apontada por (Martins *in* Veiga, 2013), “[...] consolida a escola como lugar central da educação, numa visão descentralizada do sistema (p.50)”.

Instâncias de participação como os Conselhos Escolares, são destacados na LDB/1996 como parte fundamental do planejamento participativo, ao congregar vozes dos diversos atores que formam a comunidade escolar. Estes têm grande importância na elaboração, no monitoramento e implementação do PPP e no processo de democratização da gestão escolar.

A escola faz parte de um contexto, de uma dinâmica social que influencia e é influenciada por ela. A forma como a sociedade está organizada, as relações sociais têm

forte impacto no desenvolvimento do processo educacional, a exemplo das desigualdades sociais ainda presentes no século XXI (Gentili, 2009).

O PPP é uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos da instituição (Vasconcellos, 1995) e tem como características principais: decisões construídas de forma participativa; a instauração de uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; a busca de princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo. Para isso, deve conter compromisso com a formação do cidadão.

Como trata-se de um projeto político, princípios como a busca da igualdade de condições para acesso e permanência na escola devem ser perseguidos, uma vez que há uma desigualdade no ponto de partida, mas a igualdade no ponto de chegada deve ser garantida pela mediação da escola (Saviani, 1982). O PPP é fundamentalmente um trabalho de opção, de decisão política, de escolha de caminho a seguir. Parte-se do reconhecimento de que existem possibilidades e limites das opções (Kramer, 2006).

As decisões tomadas podem ajudar na manutenção ou superação das desigualdades. Todo processo do PPP também é pedagógico, “[...] se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (Saviani, 1982 p. 93).

Na análise da realidade ou diagnóstico, considerada a primeira etapa de um processo de planejamento, parte do olhar e compreensão de como a escola é vista, seu papel, contribuição social e limites. Quais os valores cultivados nela e se eles estimulam ou limitam o desenvolvimento das potencialidades humanas. Olhar para o cotidiano escolar, o que efetivamente está sendo cultivado, pode facilitar: uma análise de temáticas conflituosas, de inquietações reais por cada segmento da comunidade escolar, além de dar elementos para a construção de propostas de superação das problemáticas e aproveitamento dos potenciais.

Na construção dos valores que nortearão os rumos da escola as concepções de: sociedade, educação, escola, ensino-aprendizagem, educando, educador, avaliação e outros, se constitui em uma etapa política fundamental, orientando a construção do Plano.

Koran (2020) ressalta as consequências negativas de quando um educador se considera superior aos educandos (inferiorizados); nada dialoga, uma vez que só há diálogo entre os iguais. A superioridade e a inferioridade são duas formas de

desigualdade, que se opõem à igualdade. Entretanto, há distinção entre desigualdade e diferença, e, portanto, podemos ser iguais e diferentes.

## **1.2 Aprendizagem no processo de implementação do PPP**

O PPP pode ganhar um espaço muito maior quando considerado no âmbito das redes municipal ou estadual. A construção do planejamento, de forma participativa, além de dar elementos para uma gestão fundamentada, com a identificação de mudanças essenciais à escola, no âmbito da rede, pode subsidiar a formulação de programas, projetos e ações que, desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Educação, pode atender demandas reais e, com isso, alcançar mudanças mais significativas na realidade educacional. Nessa dinâmica, seu processo [...] aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo” (Veiga, 2013).

## **CONCLUSÃO**

A escola possui um papel fundamental na superação das desigualdades no sistema educacional e no aprendizado do processo democrático. O PPP é um instrumento estratégico de aprendizagem, possuindo em suas etapas, potencial de desenvolver a compreensão e estimular a importância da democracia para decisões mais coerentes com a realidade.

A construção de propostas coletivas exige um amadurecimento da compreensão do que é coletivo, do que é participação e da autonomia escolar nessas construções.

## **REFERÊNCIAS**

GENTILI, P.. O Direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009.

KRAMER, S. Direitos da criança e o projeto político pedagógico de educação infantil. In: BASÍLIO, Luis Cavalieri. **Infância, educação e direitos humanos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2006. p 51-82

SAVIANI, D. A. **Escola e Democracia**: para além da teoria da vara. ANDE – Revista da Associação Nacional de Educação, ano I, nº 3, *São Paulo*: Cortez, 1982, p. 56-64.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995.

VEIGA, I. P. A. (org). **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 17º edição. Campinas, S.P: Papyrus, 2013.

KORAN, W. (2020). *Paulo Freire más que nunca: una biografía filosófica* (1a. ed.para el alumno). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. p.97-114.